

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 140, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

“Revoga o inciso IV do § 2º e inclui o § 4º no art. 6º da Lei Municipal nº 1.543, de 19 de setembro de 2002, que dispõe sobre a fiscalização no Município pelo sistema de controle interno do Poder Executivo, nos termos do art. 31 da Constituição da República, e dá outras providências.”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica revogado o inciso IV do § 2º do art. 6º da Lei Municipal nº 1.543, de 19 de setembro de 2002.

Art. 2º Fica incluído o § 4º no art. 6º da Lei Municipal nº 1.543, de 19 de setembro de 2002, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º (...)

§ 4º não poderá ser designado para atuar como responsável da Unidade o servidor que exerça, concomitantemente com a atividade pública, qualquer outra atividade profissional.”

Art. 3º As demais disposições constantes na Lei Municipal nº 1.543/02, permanecem inalteradas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 05 de outubro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 140, de 05 de outubro de 2011, que: “Revoga o inciso IV do § 2º e inclui o § 4º no art. 6º da Lei Municipal nº 1.543, de 19 de setembro de 2002, que dispõe sobre a fiscalização no Município pelo sistema de controle interno do Poder Executivo, nos termos do art. 31 da Constituição da República”.

A presente alteração deve-se pelo fato de o inciso IV do § 2º do art. 6º prevê que nenhum membro da Unidade Central do Sistema Controle Interno possa exercer outra atividade profissional, porém, a Unidade é composta de três membros, sendo um responsável pela coordenação e os outros prestam serviços de assessoramento.

Constata-se que as atribuições desenvolvidas pelos membros da Unidade, com exceção do coordenador, não impedem que desenvolvam outras atividades profissionais, desde que, logicamente, não haja incompatibilidade de horário.

Ademais, tal proposta irá permitir que os membros da Unidade possam ser substituídos temporariamente, em decorrência de impedimentos legais, com maior facilidade por outros servidores, independentemente destes exercerem outras atividades profissionais.

Já quanto ao coordenador da Unidade, por ser responsável pela análise e verificação das demonstrações e operações contábeis, pela coordenação da Unidade, atua diretamente na avaliação da ação governamental e de gestão fiscal dos administradores municipais, entende-se que o mesmo deve atuar exclusivamente para a atividade pública, acarretando, assim, a necessidade da inclusão do §4º no art. 6º da referida Lei.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos Vossa manifestação com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal